



PRESTÍGIO SOCIAL DAS LÍNGUAS DA GUINÉ-BISSAU AVALIADO PELOS SEUS FALANTES

Ronaldo Mendes
Universidade do Porto
Carlos Silva
Universidade do Porto

Resumo

A Guiné-Bissau é conhecida como um “pântano de línguas” (Intumbo, 2007), sendo composta por mais de duas dezenas de línguas, nomeadamente as línguas étnicas africanas, o kriol (guineense) e o português. Esta situação deve-se sobretudo ao processo histórico de colonização que forjou o ajuntamento de diversos povos levando para o atual território da Guiné-Bissau as suas línguas e culturas, como aconteceu um pouco por toda a África Ocidental. Neste artigo, procuramos compreender o prestígio que os falantes guineenses atribuem a cada uma das suas línguas, tendo em conta as condições de multilinguismo que caracterizam este país africano. Para isso, colocamos a três grupos de falantes – estudantes do ensino secundário, universitário e adultos – a pergunta: “Sente que é mais valorizado/a falando português ou kriol? Porquê?”. Os resultados mostram que, dentre as línguas faladas no país, o português é a língua mais prestigiada para os falantes mais jovens, mas não para os do último grupo. Este fenómeno é sintomático da continuidade da influência do português, a única língua de ensino e de administração, mesmo depois da descolonização.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Sociolinguística, Prestígio Linguístico, Diglossia.

SOCIAL PRESTIGE ASSESSMENT OF THE LANGUAGES OF GUINEA-BISSAU BY THEIR SPEAKERS

Ronaldo Mendes
Universidade do Porto
Carlos Silva
Universidade do Porto

Abstract

Guinea-Bissau is known as a “swamp of languages” (Intumbo, 2007), being made up of more than two dozens of languages, namely the native African languages, Kriol (Guineense) and Portuguese. This contact situation has its origins on the historical process of colonization that gathered of different ethnic-groups, their languages and cultures in the territory of Guinea-Bissau, as it happened throughout West Africa. In this paper, we seek to understand the prestige that Guinean speakers attribute to each of their languages, taking into account the conditions of multilingualism that characterize this African country. To do this, we asked three groups of speakers – secondary school students, university students and adults – the question “Do you feel you are more valued speaking Portuguese or Kriol? Why?”. The results show that, among the languages spoken in the country, Portuguese is the most prestigious language for younger speakers, but not for those in the last group. This phenomenon signals the continuous influence of Portuguese, the only language of teaching and administration, even after decolonization.

Keywords: Guinea-Bissau, Sociolinguistics, Linguistic Prestige, Diglossia.

Introdução

Conhecida como um “pântano de línguas” (Intumbo, 2007) ou um “mosaico étnico-cultural” (Embaló, 2008), a Guiné-Bissau é composta por mais de duas dezenas de línguas, nomeadamente as chamadas línguas étnicas, o kriol ou o guineense e o português. À semelhança do que acontece um pouco por toda a África, e particularmente na África Ocidental e Central, a situação sociolinguística guineense revela-se complexa devido ao plurilinguismo. Como consequência da expansão marítima europeia, da colonização e da escravatura, existe na Guiné-Bissau um crioulo, que é a língua de comunicação inter-étnica (Intumbo et al. 2013), e o português, dando azo à estratificação social das línguas em línguas étnicas (Fula, Mandinga, Balanta, etc.), língua nacional (kriol) e língua oficial (português).

Na tentativa de refletir sobre as questões que acabamos de colocar, discutimos neste artigo acerca das atitudes linguísticas de falantes guineenses face às línguas faladas no país. Especificamente, procuramos compreender o prestígio que os falantes guineenses atribuem a cada uma das suas línguas, tendo em conta as condições de multilinguismo que caracterizam este país africano. Para isso, consideram-se os três grupos de línguas do país: por um lado, a oposição é entre as línguas guineenses locais e o kriol e, por outro lado, entre o kriol e o Português – duas línguas que apresentam maior conflitualidade, dado ao seu “estatuto” de “língua nacional” e “língua oficial”, respetivamente.

Na secção 1, começamos por descrever o multilinguismo na Guiné-Bissau. De seguida, analisamos os papéis que estas línguas desempenham e os usos que lhes são reservados, quer de forma coletiva à luz dos conceitos de bilinguismo, diglossia e prestígio linguístico (secção 2 e 3), quer de forma individual do sujeito-falante (secção 4 e 5). Apresentamos ainda um caso público de instrumentalização do português como língua de poder (secção 6). Por fim, na secção 7, fazemos um sumário da nossa análise, assim como das suas implicações e deixamos algumas pistas para investigação futura.

1. Multilinguismo na Guiné-Bissau

Segundo o Ethnologue (Eberhard et al. 2023), existem em África cerca de 2.000 línguas vivas. Países como Camarões e República Democrática do Congo têm cerca de 200 línguas. A Nigéria, país mais multilingue do continente, conta mais de 500 línguas.

No caso específico da Guiné-Bissau, a situação linguística é deveras semelhante à do resto do continente. Com quase 2 milhões de habitantes (INE, 2023), “este país é heterogéneo do ponto de vista das suas tradições e culturas, o que se materializa, de certa forma, na sua repartição étnica e religiosa dando azo ao multilinguismo e ao multiculturalismo” (Mendes, 2023: 23). Dos dados oficiais anunciados nos censos de 1991 e 2009, é possível contar um conjunto de 27 grupos étnicos (RGPH, 1991: 29), distribuídos pelas oito regiões do país, além do Setor Autónomo de Bissau. Desses grupos, alguns podem ser considerados subgrupos do mesmo grupo. Por exemplo, a etnia Fula aparece subdividida em Fula-de-Boé, Fula-de-Futa, Fula-de-Forro, Fula-de-Toro e Fula-Preto, de acordo com a localização geográfica.

Apesar de os censos de 2009 fazerem referência apenas às principais comunidades étnico-linguísticas – nomeadamente, Fula, Balanta, Mandinga, Pepel, Mandjaku, Biafada, Mankanhi, Budjugus, Felup, Nalu, Saraculé e Susso –, se admitirmos que cada grupo étnico tem a sua própria língua, podemos assumir que, pelo menos até 1991, a GB continha, no mínimo, 25 línguas, incluindo o kriol e o português. Não existe, em termos oficiais, um número concreto de línguas presentes no país, nem sabemos em que estado estão alguns dos grupos étnico-linguísticos apresentados nos censos de 1991. Porém, podemos imaginar que uma língua como o kasanga, de uma comunidade étnica do Norte (entre Ingoré e São Domingos), devido ao pouco número de falantes que tinha, esteja em vias de extinção, como sugere Mendes (2023: 40). Por conseguinte, a quantidade de línguas guineenses varia dependendo das fontes a que acedermos. Por exemplo, Intumbo (2007: 4) e Couto e Embalo (2010: 28) referem a existência de 22 línguas, incluindo o kriol e o português; enquanto

Scantamburlo (2013: 21) aponta um número de 25 línguas, nas mesmas circunstâncias. Todos estes autores consideram que, devido às similaridades que apresentam, algumas dessas línguas poderiam ser consideradas variedades de uma mesma língua. No entanto, sabe-se que o facto de duas línguas apresentarem algumas semelhanças léxico-fonológicas nem sempre tem uma relação direta com o seu parentesco (Wardhaugh e Fuller, 2014).

Neste contexto multilingue, o kriol assume-se como a língua de intermediação entre as diversas comunidades linguísticas, isto é, é a língua franca, sendo falada em todas as regiões do país. De acordo com os últimos censos, o kriol era falado por 90,4% da população guineense, quer como L1 quer como L2 (RGPH-2009: 36). O português, porém, era falado por apenas 27,1% da população, embora a realidade do país faça crer que um significativo número desses falantes falem esta língua na sua “variedade” guineense, passivamente. Assim, seria prematuro falar-se de uma “variedade do português guineense”. Podemos falar de uma “variedade em formação”, a ser confirmada por estudos (socio)linguísticos descritivos, como existem, p.e., para as variedades de Angola, de Moçambique e São Tomé (cf. Timbane, 2013b; Kapetula, 2016; Hagemeijer, 2016).

De um modo geral, os falantes do kriol adquirem-no como língua materna (L1) nas cidades ou como segunda língua (L2) nas zonas rurais do país. Neste meio, a maioria dos guineenses adquire uma ou mais línguas étnicas antes de aprender português. Geralmente, esta língua europeia é adquirida na escola e usada no meio extra-familiar. Em meio familiar, o português é apenas usado pelos filhos de (Couto e Embaló, 2010: 47):

- guineenses que estudaram em Portugal ou no Brasil;
- casais mistos guineenses e portugueses;
- portugueses residentes na Guiné-Bissau;
- outros estrangeiros residentes na Guiné-Bissau.

2. Diglossia e bilinguismo

Num ambiente de multilinguismo, as línguas raramente estão em pé de igualdade. Por norma, as

línguas coexistem ocupando diferentes estratos e tendo condições de uso específicas. Nasce assim o termo diglossia. Ainda que este termo tenha os seus primeiros usos no grego (Linhares & Nogueira de Alencar, 2016: 495), ele é cunhado na Linguística moderna por Ferguson (1959) que o aplica ao árabe, ao grego moderno, ao alemão da Suíça e ao crioulo haitiano. Há diglossia quando numa situação linguística relativamente estável, além dos dialetos primários da língua (padrões regionais), existe “uma variedade sobreposta, muito divergente, altamente codificada” (Ferguson, 1959: 336). Esta última variedade é a que serve de base à ortografia, sendo adquirida e usada essencialmente em contextos formais. Em suma, numa sociedade com mais do que uma língua/dialeto, uma variedade de uso formal recebe o rótulo de “High” (e.g., o árabe padrão) e a de uso informal, “Low” (e.g., árabe vernacular). Para além disso, uma situação de diglossia apresenta as seguintes características:

1. **Distinção de funções:** há contextos em que apenas a variedade H ou L é apropriada, mas raramente se sobrepõem;
2. **Prestígio:** variedade H é vista como a “superior”, a mais pura, em consequência da sua padronização; enquanto “L” é vista como “desviante”, apesar do seu uso no dia-a-dia;
3. **Património literário:** entre as línguas/variedades envolvidas, a variedade H é aquela em que se encontra a maior parte da produção literária da comunidade;
4. **Aquisição:** enquanto a língua/variedade “L” é adquirida como língua materna, em normal contacto com os pais, a “H” é invariavelmente aprendida por via da escolarização, portanto, com explicitação de regras e conceitos gramaticais;
5. **Padronização:** a língua “H” é a que é geralmente estandardizada, tendo gramáticas, dicionários, tratados de pronúncia, etc;
6. **Estabilidade:** a diglossia, por norma, persiste por vários séculos, envolvendo várias gerações;
7. **Gramática/Léxico/Fonologia:** as duas variedades geralmente apresentam diferenças significativas ao nível gramatical e lexical e fonológica. Compartilham o léxico, mas o mesmo varia na forma e no significado.

Fishman (1967: 34) retoma a definição de diglossia e reconhece que ela existe não só em sociedades multilingues, com as suas várias línguas oficialmente reconhecidas, como também existe em sociedades multilingues, com dialetos, registos ou variedades diferentes. Se o conceito de Ferguson pode ser restringido apenas ao uso de variedades da mesma língua por uma comunidade, para Fishman há diglossia independentemente dos estatutos dos códigos utilizados por uma comunidade, sendo por isso diferente do bilinguismo. Isto porque, segundo o último, o bilinguismo pertence à esfera do indivíduo, enquanto a diglossia pertence ao nível sociocultural, embora possam coocorrer. Consequentemente, podemos ter:

1. **Bilinguismo com diglossia**, quando a necessidade de conhecer e de empregar os códigos implicados em âmbitos de uso distintos abarca o conjunto de uma comunidade;
2. **Bilinguismo sem diglossia**, quando se usa mais do que uma língua numa comunidade sem a necessidade de as empregar em âmbitos de uso distintos;
3. **Diglossia sem bilinguismo**, quando os códigos implicados são usados em contextos distintos, mas o conjunto da comunidade não tem conhecimento deles.

Note-se que, no contexto específico da Guiné-Bissau, não se trata propriamente de um conflito linguístico de duas variedades da mesma língua. São várias as línguas (as guineenses locais, o kriol e o português) que, convivendo, desempenham papéis diferentes e, por isso, são normalmente usados em contextos de comunicação diferentes.

3. Prestígio linguístico na Guiné-Bissau

No continente africano, o plurilinguismo inerente a cada território político deve-se, em parte, à demarcação de fronteiras na Conferência de Berlim (1885) sem ter em consideração os territórios ocupados por diferentes etnias, nem as migrações internas no continente africano (Salgado Salazar, 1991: 76-77). Consequentemente, além de se redistribuir algumas comunidades por diversos

países, criaram-se novos espaços étnicos, que incluem diferentes referentes linguísticos, sociais, culturais, religiosos, económicos e políticos. Nestes contextos, constroem-se novas identidades sociais de que a complexidade linguística é apenas um sintoma.

No caso específico da Guiné-Bissau, a situação sociolinguística é muito complexa. Isto deve-se, por um lado, à quantidade de comunidades linguísticas existentes no país. Por outro lado, não existem políticas linguísticas adaptadas ao contexto sociolinguístico guineense, promovendo a presença do kriol e de outras línguas locais no ensino, quer como objeto quer como meio de estudo. Acresce a isso a herança de políticas linguísticas coloniais, que em grande medida visavam “a integração das sociedades africanas num sistema de dominação mundialmente mais vasto e complexo”, cujas políticas passavam pela “tentativa de imposição do uso das línguas dos alienígenas aos africanos, procurando fazer delas os únicos meios e exclusivos veículos de comunicação, de troca de ideias e de elaboração de formas de pensamento em todos os territórios coloniais” (Nassum, 1994: 46).

Embora os caminhos para a implementação dessas políticas possam ser diferentes nos países colonizados, os objetivos eram os mesmos. Nas ex-colónias francesas, com a exceção de Madagáscar, onde, p.e., já havia uma literatura em malgache antes da implantação colonial, eram “proibidas as línguas africanas e quem as utilize é posto de castigo, de joelhos, num canto, com orelhas de burro” (Ki-Zerbo, apud Nassum, 1994: 48). No caso do poder colonial e escravocrata português, havia o chamado “Estatuto de Indigenato” que, entre outras condições, impunha o domínio da língua portuguesa como uma das condições para que os povos colonizados, os “indígenas” (“não civilizados” na linguagem imperialista), fossem considerados de “assimilados” (Decreto-Lei nº 39 666, de 20 de Maio, do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, pelo Ministério do Ultramar, no seu artigo 56º). Esta política viu-se fracassada devido sobretudo às resistências culturais, o que tornou impossível que o português triunfasse face às

línguas étnicas e face ao kriol que se massificava cada vez mais à medida que a luta pela independência se tornava uma realidade.

Por necessidade de administração, fazia-se o uso de algumas línguas étnicas africanas (Nassum, 1994: 46), sendo que os agentes da administração colonial deviam aprender essas línguas. O poder colonial português, por exemplo, à semelhança do britânico, com a reforma da sua “Escola Colonial” em 1919 tentou implementar o ensino em línguas guineenses, nomeadamente em fula e mandinga, além do kriol (Nassum, *idem*: 52). Essa política, porém, viria a ser abandonada em 1926, passando a hegemonização linguística do português no ensino, que continuaria até ao presente.

Estes factos, aliados ao bilinguismo ou multilinguismo (parcial ou total) faz com que existam uma sobrevalorização de uma língua em detrimento de outras. O kriol, o português e as dezenas de línguas étnicas guineenses têm um uso bastante diferenciado, tendo em conta os contextos sociais, políticos, culturais e religiosos. Assim, vive-se uma relação diglósica (Ferguson, 1959) ou uma diglossia sobreposta, como argumenta Mendes (2023), uma vez que se opõe, por um lado, o português (língua oficial e de ensino) e o kriol (língua nacional) e, por outro lado, o kriol e as línguas étnicas. A assimetria então se impõe: o kriol e as línguas étnicas não são vistas como línguas de cultura, enquanto o português é (Nassum, 1994: 62).

No primeiro caso, o português, apesar do seu baixo número de falantes, é a língua mais prestigiada. Isto é uma das consequências de ela ser, tal como é nos restantes ex-colónias africanas de Portugal, a única “língua oficial” e de escolarização e de ensino, sendo por conseguinte a língua de administração do Estado e de relações internacionais. Em suma, é a língua de “contextos formais”. No entanto, se as línguas guineenses locais, línguas nacionais, são reservadas para o uso informal, nas ruas, em casa, com amigos e família, nas aldeias; o kriol, apesar de em termos legais não ser instituída como língua de ensino e de administração e de os manuais estarem escritos em português, desempenha um papel preponderante na comunicação entre os professores e alunos,

nas aulas e fora delas. Isso deve-se ao papel que desempenha como língua de comunicação inter-étnica e de unidade nacional. Aliás, durante a luta pela Independência desencadeada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), o kriol foi língua de ensino nas zonas libertadas, ao arripio da autoridade colonial (Jaló, 2019, 2020). O kriol e as línguas étnicas são línguas de uso diário, sendo línguas maternas de uma boa parte da população guineense. Ainda assim, o kriol parece ser mais prestigiado do que as línguas étnicas. Muitos jovens nascidos e residentes em Bissau, mesmo que tenham aprendido uma das línguas étnicas, não a ensinam aos seus filhos, transmitindo-se apenas o kriol, de uso mais alargado, e o português, a língua de prestígio (Mendes, 2023).

4. Metodologia

Este trabalho tem como objetivo principal a discussão sobre as atitudes linguísticas que os falantes guineenses têm em relação às línguas faladas no país, analisando por conseguinte os papéis e funções que cada uma dessas línguas (as línguas africanas, o kriol e o português) desempenha. A análise consiste na descrição qualitativa das respostas que os participantes deram sobre como acham que são vistos falando cada uma dessas línguas.

O grupo de entrevistas em que nos baseamos é extraído dos dados de Mendes (2023) recolhidos entre os dias 9 e 19 de novembro de 2022, através de entrevistas numa conversa livre e espontânea em kriol. Destes dados, apenas foram consideradas as respostas a uma pergunta:

Sente que é mais valorizado/a falando português ou kriol? Porquê?

Para além da avaliação destas duas línguas, os falantes também eram induzidos a emitir juízos de valor acerca das línguas étnicas da Guiné-Bissau. Os 20 participantes deste estudo, 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, eram todos nacionais guineenses do ensino secundário (privado) e universitário (público), de idade compreendida entre os 17 e 30 anos de idade, sendo todos falantes do

kriol como L1 ou L2 e/ou de uma ou mais línguas locais (Mendes, 2023). Para a sua grande maioria, o português era a sua terceira língua, adquirida por meio da escolarização. Todas as transcrições e traduções em kriol foram feitas segundo a proposta de Mendes (2023), adaptada da Proposta de Grafia do Crioulo Guineense (PGCG) de Scantamburlo (1999).

5. As línguas da Guiné-Bissau avaliadas pelos seus falantes

Nas secções anteriores, argumentamos que, devido ao seu estatuto de (única) língua oficial e de ensino, o português é a língua mais prestigiada na GB, numa relação diglósica com o kriol e com as línguas guineenses locais. Analisamos, nesta secção, algumas das respostas à pergunta: Sente que é mais valorizado/a falando português ou kriol? Porquê?

As respostas confirmam que, para os entrevistados, o português é a língua mais prestigiada, como se vê em:

- a) kila i ka ta fala nan propi, pabia gos n odja kuma kriol propi i ka ta valorizadu na no sosiedadi. As ve si u na papia kriol djintis ka ta muito djubiu asin, pabia suma na no sosiedadi guinensi aos djintis mas ta dadu balur ora ke na papia portuguis. La e ta djubiu suma alguin djiru, intilijenti [estudante universitário, 28 anos, Mandinga]
Nem digas isso. Porque hoje em dia vejo que o kriol não é valorizado na nossa sociedade. Às vezes, quando falas kriol as pessoas não te olham, porque na nossa sociedade as pessoas dão mais valor a quem fala português. Aí olham para ti como alguém inteligente.

Como observamos na resposta anterior, os falantes demonstram saber as razões do prestígio do português. (Saber) falar português, conforme explicam, é sinónimo de ser alguém inteligente, culto, bem preparado. É preciso salientar que essa associação do português à inteligência é uma das consequências do processo colonial. Aliás, ainda nesse período, com a promulgação do já referido Decreto-Lei 39 666, “saber ler e escrever corretamente o português” era um dos requisitos para

que um indígena fosse considerado civilizado (Jaló, 2019). É provavelmente pela consciência histórica que um dos estudantes afirma:

- b) Di faktu, sin, djinti ma ta dan balur ora k na papia kriol. Pabia di ke? Ano no tene un sosidadi ki, ki n pudi fala di certa forma, i kolonalizadu. N ton sendu konalizadu [kolonizadu], i obrigadu eh adota un utru kultura nu kual no kriol tambe [...] pur izemplu na un inxtituson e ta djubiu tipu un alguin ki ka... i ka “panha pe” [...] si u papia portuguis abo u ma na privilegiadu di ki kin k na papia kriol, bu odja. [estudante universitário, 27 anos, Balanta]

De facto, as pessoas valorizam-te mais quando falas [português]. Porquê? Nós temos uma sociedade que, posso dizer, ainda está colonizada. Então, sendo colonizada, fomos obrigados a adotar uma outra cultura na qual falar kriol... Quando falas kriol numa instituição, por exemplo, és visto como “não civilizado”. Se falares português és logo mais privilegiado do que quem fala kriol.

De facto, falar português, na Guiné-Bissau, parece ter implicações no estatuto e pode ser uma forma de afirmação, de mostrar que se é “diferente”. Além disso, é uma língua através da qual os jovens aspiram uma projecção social.

- c) tambi i lingua ku no ta uza na no dokumentus, na ko di tarbadju, m pensa i pabia dees ku pui djinti ma ta da balur a portuguis [estudante secundário, 18 anos, kriol]
e também é a língua que utilizamos nos nossos documentos, nas instituições do trabalho, acho que é por isso que dão mais valor ao português.

Ao kriol é reservado o contexto menos formal. No entanto, os falantes sabem que é nessa língua que a comunicação é mais eficaz:

- d) Mas ora ku u sta na um ambienti, pur izemplu, kil ku no ta fala menus informal, ambienti familiar o di bankadas, kon serteza si u papia kriol djintis ma na dau valor, pabia kuma djintis ma na n tidu, e mas na obi ke k abo bu papia. Pabia kuma tambi na kil spasu i pudi ten la djintis ku u sibi kuma bo tene um disnivelamentu di nivel. [estudante universitário, 30 anos, Budjugu]

Mas quando estás num ambiente, por exemplo, menos formal, familiar ou de bancadas, com certeza se falares kriol as pessoas dão-te mais valor, porque entendem-te melhor. Porque também nesses espaços pode haver pessoas com níveis [de escolaridade] diferentes. É por isso que se falares kriol passas melhor a mensagem.

No que diz respeito às línguas étnicas, a diglossia em relação ao kriol é evidente pois os seus contextos de uso são ainda mais restritos e pode ser fator de exclusão social, como atesta o seguinte testemunho:

e) Pabia kuma anti di i ten kriol, i ten pepel, i ten budjugu, i ten... si bu papia kila ninguin ka n na n tindiu, ma si bu papia kriol u ta konsigui pasanta mensajen pa ki ku fasi parti di bu sirkulu familiar o di bu lingua maternu-etniku, i ta konsigui obiu. [...] M bo, no ta odja kila suma un alguin ku ka obi kriol, no ta tratat di um forma asin, no ka ta valorizal.[estudante universitário, 30 anos, Budjugu] Porque antes do kriol, há Pepel, há Bijago... se falares uma dessas línguas as pessoas não te entendem, mas se falares kriol consegues passar melhor a mensagem para as pessoas que não são do teu círculo familiar ou da tua língua materna-étnica. Eles conseguem entender-te. [...] Nós vemos essas pessoas como quem não sabe falar kriol, tratamo-las de forma diferentes, não as valorizamos.

De uma maneira geral, as respostas aqui citadas vão ao encontro do caso exemplificado na secção 6, na qual falamos sobre o uso da língua portuguesa como instrumento de poder. É evidente que o kriol é a língua de comunicação interétnica, aquela que praticamente todos os guineenses falam e entendem melhor, embora se lhe reserve frequentemente o uso mais informal e seja, por isso, pouco privilegiado quando comparado com o português. Isto porque, como se refere na resposta seguinte, “as línguas têm peso” e o português, na realidade guineense, pesa mais.

f) Pabia tambi e ta djubi, e ta midi pezu di lingua. Kerzer portuguis i mas tene... es i pa utrus, i mas tene pezu en relason a kriol.

Pesu na kuma, pezu na kal sintidu?

M bon, pezu na na, na sintidu, kerzer di, di... m pudi falau es i efeitos psikolojikus di kolonizason. Pabia kuma elis, normalmenti elis [kolonus] e ta tenta infirioriza tudu kil ki di nos, pa eleva mas di elis. Kerzer, si kriol dja ka konsideradu suma un lingua ate... e ku manda logu u ta moxta kuma si n bon si bu papia ki lingua portuguis, en relason a kriol i mas tene pezu [...]. [estudante universitário, 30 anos, Budjugu]

Porque também, atualmente, as línguas pesam, quer dizer, o português, para muitos, pesa mais do que o kriol.

Pesa mais em que sentido?

Bem, peso no sentido de... posso dizer que são efeitos psicológicos da colonização, porque tentam inferiorizar tudo o que é nosso para elevar o que é deles [os colonizadores]. Quer dizer, se até como uma língua o kriol não é considerado... é por isso que falar português tem mais peso em relação a falar kriol [...]

Concluimos que, pelo menos na camada juvenil (escolarizada e das zonas urbanas), há uma distinção clara de funções e contextos de usos dos três grupos de línguas do país (línguas guineenses locais, kriol e português), muito na linha da teorização de Ferguson (1959) mas aplicada a línguas diferentes. O português, nessa ótica, é a língua high (H), usada em contextos formais e de escolarização; enquanto o kriol e as outras línguas são vistas como “línguas inferiores”, línguas que não têm regras, menos prestigiadas, apesar do seu uso no dia-a-dia das comunidades guineenses. Trata-se, portanto, de uma situação de bilinguismo com diglossia, na terminologia de Fishman (1967).

6. O português como instrumento de poder

A língua, enquanto produto social, é utilizada não apenas como um meio de comunicação entre indivíduos que partilham o mesmo código linguístico, mas também como um instrumento de poder e, consequentemente, de dominação e/ou de subalternização de um determinado grupo de pessoas. A corroborar as atitudes observadas nas respostas dos falantes guineenses entrevistados, apresentamos

nesta secção um caso público de instrumentalização do português como língua de poder, que decorre duma conversa espontânea entre o então selecionador nacional guineense Baciro Candé e os jornalistas desportivos guineenses.

[Jornalista faz pergunta em kriol]

Mister Candé: Eu falo consigo só em português!

[O jornalista insiste em kriol]

Mister Candé: Façam pergunta em português, eu respondo.

Jornalista: Nha ouvintis ma ta n tindi kriol. (“Os meus ouvintes percebem melhor kriol”)

Mister Candé: Se não fizer pergunta em português, eu não respondo. Ponto final.

Jornalista: Abo ku sibi. (“Tu é que sabes”)

O excerto aqui transcrito é dum encontro do ex-selecionador guineense com a imprensa após o último jogo de apuramento contra São Tomé e Príncipe, em Bissau, 15 de julho de 2023. O jornalista pedia-lhe um comentário sobre o facto de, na primeira edição do Campeonato Africano das Nações, CAN, em que a Guiné-Bissau participou (2017, Gabão), haver supostamente um jogador guineense que não iria participar do campeonato mas que, depois, esteve no Gabão.

Ignorando as razões de ordem prática – embora, à primeira vista, possamos pensar que tal reação se deva a uma aparente irritação do mister ou a um suposto ‘mal-estar’ entre ele e os jornalistas desportivos guineenses, como aliás se lia em jornais locais – neste excerto, interessa-nos aquilo que é do foro sociolinguístico. Situações equivalentes são comuns em outros contextos, p.e., nas escolas, nas instituições públicas e privadas. Pensamos na quantidade de vezes que ouvimos alguém afirmar, na Guiné-Bissau, que “se quiseres calar alguém, fala-lhe em português”. Fazendo o mesmo exercício, lembraremos ter visto nas vitrinas das nossas escolas e outras instituições frases como “aqui só se fala português”, ou “proibido falar crioulo”, ou ainda “uma pessoa que costuma falar o português tem sempre uma pele fina”, sendo portanto castigado o infrator, no caso das escolas, seja com palmatórias, seja pendurando-lhe ao pescoço as

chamadas “oredja di buru” ‘orelhas de burro’, entre outras formas de punição.

Lendo os comentários do Facebook, vê-se que, tal como houve quem classificou a atitude do selecionador de “arrogante”, há quem a justifique com a preocupação de “passar a mensagem a um maior número possível de pessoas” não falantes do kriol. Mas se for esta a preocupação, colocam-se outras questões: se admitirmos que os guineenses, na sua maioria, compreendem melhor o kriol do que o português, como avisou o jornalista, porquê que a comunicação do mister tinha de ser feita exclusivamente em português? Será a língua mais indicada para a comunicação desportiva, na GB? Não será a resposta do jornalista uma tentativa de demarcação de identidade coletiva, numa sociedade multilingue como é a sociedade guineense? Por que é que na escola “é proibido falar crioulo”? E nas ruas ou em casa; entre colegas ou entre pais e filhos, que língua falar? Por que é que uma pessoa que costuma falar o português tem sempre uma pele fina?

Pode dizer-se que esta é uma prática herdada do colonialismo português, que não só dominou e explorou os territórios colonizados, mas também alienou as culturas dos seus povos, inferiorizando as suas tradições e a sua História, considerando as suas línguas incultas (Jaló, 2019). Foi nesse sentido que, como ressaltamos anteriormente, o domínio da língua portuguesa tinha sido imposto como uma das condições para os povos colonizados subirem na escala social, nas ex-colónias portuguesas.

É nessa linha que enquadrámos a atitude linguística do mister. Mais do que uma questão de “passar melhor a mensagem”, ao afirmar que só responderia ao jornalista se este lhe fizesse perguntas em português, visa impor barreiras ao questionamento do jornalista (porque, presume-se, este não o conseguiria questionar com facilidade em português como o faria em kriol) e mostra, talvez inconscientemente, a sua superioridade linguística, evitando uma possível confrontação com os factos.

7. Conclusões

A multiplicidade de línguas em situações de contacto linguístico é comum em vários países africanos e a Guiné-Bissau não é exceção. No entanto, as línguas nativas africanas, os crioulos e as línguas europeias estão distribuídas de forma diferenciada na arena social (Zabus, 2007). Estas últimas são mais prestigiadas do que as primeiras. Esta situação, conhecida como diglossia (Ferguson 1959), gera desigualdades dentro destas sociedades, em parte devido ao acesso limitado à educação e ao conhecimento nas línguas africanas e à falta de pontes entre estas e as línguas europeias. Outro agravante é o facto de a maioria das línguas étnicas e do próprio kriol permanecerem sobretudo orais (no caso do kriol, reconhece-se que o seu uso escrito tem vindo a crescer, nomeadamente na poesia e na literatura em geral). A falta de recursos de conhecimento escrito cria uma relação desequilibrada com as línguas europeias faladas nesses territórios (Bernstein 1972).

Os testemunhos recolhidos atestam que os falantes do kriol não reconhecem esta como língua de pleno direito: devido aos efeitos da colonização, é visto como uma espécie de português corrompido. Da mesma forma, não veem utilidade social nas línguas africanas, conforme atesta o estudante universitário de 30 anos de etnia Budjugu (secção 5). Esta desvalorização pode atrasar o processo de standardização e reconhecimento do kriol como língua oficial. Por sua vez, este atraso dificulta o ensino, dado que muitas crianças contactam pela primeira vez com o português apenas em idade escolar. Outra implicação da avaliação pejorativa que os guineenses fazem das suas línguas étnicas é a aceleração da sua extinção e, por sua vez, a perda da diversidade linguística e cultural do país e da humanidade (Drapeau 2021).

Na Guiné-Bissau pós-independência, a educação e as políticas linguísticas não parecem conformar-se à realidade sociolinguística do país, fazendo com que o uso da língua colonial seja factor de diferenciação social. “Falar bem o português” é frequentemente o sinónimo de ‘inteligência’, ‘sabedoria’, ‘civilidade’, etc, continuando o kriol, a língua guineense, fora do sistema de

ensino e de aprendizagem formal e adotou-se o português como a única língua institucional. Atualmente, recorre-se ao português muitas vezes não só com a intenção de mostrar essa tal “civilidade”, de quem tem sempre uma pele fina, mas também como uma forma de condicionar e dificultar a comunicação da pessoa com quem se fala. Prova disto é a expressão coloquial guineense: “Se quiseres calar alguém, fala-lhe em português”.

Em conclusão, a documentação das línguas da Guiné-Bissau, quer das étnicas, quer do kriol, são urgentes e essenciais para a promoção da qualidade da educação (ODS 4) e para a redução das desigualdades (ODS 10). Neste sentido, o estudo linguístico do kriol e das línguas africanas, segundo os princípios CARE (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics), deve ser incentivado, não só com vista à produção científica, mas também à produção de materiais didáticos em kriol, especialmente para os primeiros anos de escolaridade. Para além disso, o cumprimento dos objetivos supramencionados depende do reconhecimento dos direitos linguísticos da comunidade crioulo-falante, quer na Guiné-Bissau, quer nos países com comunidades significativas da diáspora guineense.

Referências Bibliográficas

- Bernstein, B. (1972). Social Class, Language and Socialization. *Language in Education, A Source Book*, 62-78. London: Routledge & Kegan Paul.
- Delgado Salazar, R. (1991). Etnia, Espaço Étnico e Colonialismo. *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, nº12, 69-90.
- Drapeau, L. (2021). Language Endangerment and Standardization: Perspectives from the Fourth World. In W. Ayres-Bennett & J. Bellamy (Eds.), *The Cambridge Handbook of Language Standardization*: 397-420. Cambridge: Cambridge University Press.
- Couto, H. H. do; Embaló, F. (2010). Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: Um país da CPLP. N. 20, *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. Thesaurus Editora. 2010. (Consultado a 19 de janeiro em <https://library.org/document/zxIx0kdz-literatura-lingua-e-cultura-na-guine-bissau.htm>
- Diário do Governo. Lisboa, nº 110/1954, 20.05.1954.
- Eberhard, D. M., Simons, G. & Fennig, C. (2023). *Ethnologue: Languages of the World*. <http://www.ethnologue.com>.

- Embaló, F. (2008). O crioulo da Guiné-Bissau: Língua nacional e factor de identidade nacional. *Papia*, 18, 101-107. (Consultado a 19 de janeiro em <https://docplayer.com.br/53157558-O-crioulo-da-guine-bissau-lingua-nacional-e-factor-de-identidade-nacional.html>).
- Ferguson, C. A. (1959). Diglossia, *Word*, vol.15, 325-340. (Consultado a 20 de janeiro em [Ferguson-Diglossia.pdf](#))
- Fishman, J. A. (1967). Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism. *Journal of Social Issues*, Wiley Online Library, v. XXIII, n. 2, 29-38. Consultado a 20 de janeiro em <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-4560.1967.tb00573.x>)
- Hagemeyer, T. (2016). O português em contacto em África. In A. M. Martins & E. Carrilho (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim: Mouton de Gruyter, pp. 43-67.
- INE, (1991). Recenseamento Geral da População e Habitação. (Consultado a 20 de janeiro em https://www.stat-guine-bissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/Resultados_rgph_1991.pdf).
- (2009). Recenseamento Geral da População e Habitação: Características Socioculturais. (Consultado a 20 de janeiro em <https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01w6634600z>)
- Intumbo, I. (2007). Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português. Dissertação de mestrado em Linguística Descritiva, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Intumbo, I., Inverno, L. e Holm, J. (2013). Guinea-Bissau Kriyol. In: Michaelis, Susanne Maria & Maurer, Philippe & Haspelmath, Martin & Huber, Magnus (eds.) *The survey of pidgin and creole languages*. Oxford University Press. Oxford.
- Jaló, S. (2019). Língua portuguesa e colonização – caso da Guiné-Bissau. <https://www.buala.org/pt/a-ler/lingua-portuguesa-e-colonizacao-caso-da-guine-bissau>.
- (2020). Ideologias Educativas na Guiné(-Bissau) – 1954-1986. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Kapetula, J. (2016). Interpretação de sujeitos nulos e pronominais no Português de Angola. Dissertação de mestrado em Ciências da Linguagem, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Mendes, R. (2023). Variação interna em kriol (crioulo da Guiné-Bissau): fonologia e aspetos sociolinguísticos. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Nassum, M. (1994). Política linguística pós-colonial: ruptura ou continuidade? *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, série I, n. 17, p. 45-78. http://casacomum.org/cc/arquivos?-set=e_7288
- Youssi, A. (1995). The Moroccan triglossia: facts and implications. *International Journal of the Sociology of Language* 112, 29-44. <https://doi.org/10.1515/ijsl.1995.112.29>
- Timbane, A. A. (2013b). A variação e a mudança lexical de língua portuguesa em Moçambique. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- Wardhaugh, R. e Fuller, J.. (2014). *Introduction to Sociolinguistics*. New York: Wiley-Blackwell
- Zabus, C. (2007). *The African Palimpsest Indigenization of Language in the West African Europhone Novel*. Second Enlarged Edition. Leiden: Brill.

Ronaldo Mendes Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tem interesses em estudos de Crioulos, Fonologia, Variação, História da Língua e Sociolinguística, e é membro da Casa da Cultura da Guiné-Bissau. Email: oraliokatchunkuro@gmail.com

Carlos Silva Investigador do Centro de Linguística (Universidade do Porto) e do Laboratório de Evolução da Linguagem (Universidade de Neuchâtel). É especialista em crioulos de base portuguesa. Email: silvacarlosrogerio@gmail.com

Ciência ID:
<https://www.cienciavita.pt/pt/D51F-3CA8-11D7>

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 15 de março de 2024. Aprovado para publicação a 16 de setembro de 2024.